

APONTAMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT: PROPOSTAS INICIAIS

SILVA, Filipe Noe

Universidade Estadual de Campinas
filipe.hadrian@gmail.com

BARREIRO, Alex

Universidade Estadual de Campinas
barreiroalex86@gmail.com

RESUMO

Este artigo discute, por um lado, algumas das considerações propostas por Michel Foucault a propósito da presença, atuação e efeito do neoliberalismo nas sociedades modernas. Por outro lado, por meio de uma breve revisão bibliográfica, pretende-se destacar a relevância dos estudos propostos por Foucault para a compreensão dos desdobramentos da atuação neoliberal sobre o campo da educação. Ao recorreremos aos conceitos apresentados na obra de Foucault, espera-se explicitar, ainda que de maneira preambular, os efeitos negativos de uma perspectiva escolar concebida sob uma lógica estritamente produtivista e voltada à competitividade exigida pela contemporaneidade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: *Michel Foucault; Neoliberalismo; Educação.*

INTRODUÇÃO

São muitos os/as estudiosos/as contemporâneos que interpretam a densa obra de Michel Foucault enquanto um verdadeiro ponto de inflexão nas Ciências Sociais, em geral, e na História, em particular. Tal reconhecimento, presumimos, se justifica por dois motivos principais. Por um lado, conforme

já demonstrado nos estudos de Veyne (1984), Hall (1998) e Le Goff (2003), as considerações tecidas por Foucault a propósito da constituição, no Ocidente, de sociedades disciplinares e dos chamados dispositivos de biopolítica, com efeito, qualificam-no enquanto um estudioso pioneiro, que identificou a arbitrariedade política intrínseca à produção (moderna) do louco, das mulheres históricas e dos desviantes sexuais por meio de processos de normalização dos corpos e da espécie.

Por outro lado, outros/as estudiosos/as têm reconhecido que a obra de Michel Foucault não se restringe ao diagnóstico das formas de repressão inauguradas na modernidade. Gaillard (2001) e Rago (2006), em seus respectivos estudos, aludem à extensa (e indispensável) discussão sobre o tema das subjetividades que permeia toda a obra foucaultiana, tanto na Antiguidade quanto na sociedade do capitalismo. Em “O na cor verdesujeito e o poder” (1995), com efeito, é o próprio filósofo francês quem salienta a imprescindibilidade desse tema em sua obra:

[...] eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. Meu trabalho lidou com três modos de objetivação que transformaram os seres humanos em sujeitos (FOUCAULT, 1995. p.131).

É a empreitada em direção aos modos de subjetivação, por exemplo, que justifica a digressão de Foucault em direção à Antiguidade Greco-Romana, período histórico anterior à consolidação do cristianismo. Por meio de uma perspectiva histórica centrada na ideia de descontinuidade, Foucault (em particular nos livros II e III de sua “História da Sexualidade”, mas não apenas) elucida, entre gregos e romanos antigos, práticas de produção de subjetividade específicas associadas às chamadas estéticas da existência: é o caso, por exemplo, das experiências individuais na “escrita de si”, a coragem intrínseca à parrhésia e também os cuidados de si nos regimes sexuais antigos. Ao comentar seus estudos sobre sexualidade, tema particularmente explorado na constituição da biopolítica e do controle das condutas em nossas sociedades, Foucault (2012), em seu ensaio “Não ao sexo rei”¹, permite-nos observar a ideia de descontinuidade entre Antiguidade e Modernidade quanto à temática do sexo:

¹ In: **Microfísica do Poder** (2012). p.344-362

O problema é o seguinte: como se explica que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos? Não seja simplesmente alguma coisa que dê prazer e gozo? Como é possível que ela tenha sido considerada como um lugar privilegiado em que nossa “verdade” profunda é lida e dita? Pois o essencial é que, a partir do cristianismo, o Ocidente não parou de dizer “Para saber quem és, conheças teu sexo” [...] (FOUCAULT, 2012. p.344-345).

Também é perceptível neste excerto a questão da objetivação dos sujeitos: a relação saber/poder a serviço dos dispositivos disciplinares da modernidade regulamentou a constituição dos sujeitos de direito a partir de uma perspectiva de normalização dos indivíduos: a prisão, os hospitais psiquiátricos e as instituições de ensino (objeto de observação neste breve ensaio), por fim, desempenharam um papel central nesse sentido. As obras *A História da Loucura* (1972), *Vigiar e Punir* (1991) bem como as centenas de aulas de Michel Foucault proferidas em diversas épocas e ocasiões, portanto, carregam consigo a temática da relação entre sujeito e poder, de tal maneira que pensar os estudos de Foucault apenas enquanto um repositório de teorias e percepções restritas à questão do poder repressivo significa desperdiçar um vasto corpus documental histórico e filosófico a respeito das discussões centradas na subjetividade.

Longe de propor algo inovador, ou mesmo elaborar uma extensa lista de estudiosos que contemplaram a temática da educação em Michel Foucault, este texto tem por objetivo apresentar uma breve reflexão sobre esse tema a partir de uma bibliografia incipiente organizada com as obras de autoria do filósofo francês e as várias leituras que os estudiosos nacionais e estrangeiros têm proposto recentemente a seu respeito.

2. FOUCAULT E A EDUCAÇÃO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

No que concerne à questão das contribuições teóricas de Michel Foucault no campo da educação, em particular, os/as estudiosos/as têm argumentado que, em primeiro lugar, Foucault não teria produzido uma filosofia da Educação *stricto sensu*, posto que, segundo Gallo (2015), suas reflexões neste campo teriam sido marginais em suas principais obras, uma vez que estariam subordinadas à temática do nascimento da disciplina e da biopolítica na modernidade. Conforme demonstrado pelo próprio filósofo francês no último capítulo de sua “*História da Sexualidade: A vontade de Saber*” (1988), a partir do século XVII, teria ocorrido um paulatino deslocamento das

relações entre poder político e sociedade: para além do suplício e do direito sobre a morte, ter-se-ia desenvolvido uma espécie de soberania encarregada de gerir a vida das pessoas. Segundo Foucault (1988), o poder sobre a vida dos indivíduos seria observável a partir de duas frentes principais:

Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade (...) tais processos são assumidos mediante uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população (FOUCAULT, 1988. p.151-152).

Controle sobre os corpos e também sobre a espécie: será sob esse prisma que a escola, instituição disciplinar e normalizadora, na perspectiva foucaultiana, encontrar-se-á com o exército, com a prisão e com os hospitais. Destaca-se, nesse ínterim, a reflexão apresentada na obra *Vigiar e Punir* (1991). Publicada originalmente em 1975 a obra se reporta à passagem, ocorrida na modernidade, do poder soberano baseado no suplício para o modelo disciplinar tendo em vista o controle das condutas. De acordo com Foucault (1991), a escola, por volta do ano de 1762, aproximadamente, teria encetado a tarefa de produzir os chamados corpos dóceis. Para tanto, uma nova relação com os indivíduos, mas também uma reorganização do espaço escolar foi imprescindível. Estabelecia-se, a partir de então, novas formas de sujeição tendo em vista a vigilância e o controle sobre os corpos. A objetivação individual – processo que desqualifica a prática da subjetividade – tornou-se um dos motes desse novo modelo escolar engendrado na modernidade:

Pouco a pouco (...) o espaço escolar se desdobra; a classe se torna homogênea, ela agora só se compõe de elementos individuais que vêm se colocar uns ao lado dos outros sob os olhares do mestre. (...) filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; (...) Determinando

lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar (FOUCAULT, 1991. p.173).

Em linhas gerais, portanto, pode-se constatar que no modelo de escola disciplinar avaliado por Foucault (1991) as relações pedagógicas são apresentadas enquanto representante maior de um tempo disciplinar que se impõe aos sujeitos, configurando uma ocasião na qual “A forma de domesticidade se mistura a uma transferência de conhecimento” (FOUCAULT, 1991. p.182).

Em segundo lugar, contudo, é imprescindível reconhecer que as obras de Michel Foucault gozam de relevante proeminência no âmbito dos estudos sobre Educação, tanto em âmbito nacional quanto estrangeiro. De acordo com Gallo (2015, p. 431) essa possibilidade reside no fato de muitos/as estudiosos/as terem por objetivo “pensar a educação com Foucault, e de muitas maneiras”. Ao tomarmos o arcabouço conceitual foucaultiano como uma caixa de ferramentas útil para interpretarmos os pormenores que tangenciam a experiência educacional, segundo o autor, seria possível:

Pode-se pensar a educação como saber, sua constituição epistemológica, os jogos de poder e saber que ela implica e que nela estão implicados; pode-se pensar a educação como poder, na dimensão das relações de poder entre os indivíduos, por exemplo, na lógica da disciplina (mas, também, na perspectiva biopolítica); pode-se pensar a educação como subjetivação, trabalho de constituição de si mesmo. As três perspectivas são cortadas transversalmente pelo sujeito. Para estas três problemáticas, a caixa de ferramentas em que se constitui a filosofia de Foucault será bastante útil (GALLO, 2015. p.431).

A linha interpretativa apresentada por Gallo (2015) é visível, por exemplo, nos estudos de Louro (2000) e Miskolci (2012) sobre educação e relações de gênero a partir de uma perspectiva da normalização. Reconhecendo que a experiência escolar atua de maneira decisiva na formação social dos indivíduos inseridos em sua dinâmica por meio do desenvolvimento físico, moral e intelectual, com efeito, também tem sido discutido o caráter disciplinador e normalizador das instituições de ensino na formação de “modelos de comportamento, padrões de identidade e gramáticas morais aos estudantes, sobretudo crianças e jovens” (MISKOLCI, 2012. p.36).

Se, por um lado, as instituições de ensino não proclamam de maneira explícita a sua abjeção às pessoas que não enquadram nos padrões estabelecidos e reiterados pelas convenções culturais heterossexuais, é inegável, por outro lado, que o convívio escolar visa à generalização de uma identidade de gênero considerada normal: o padrão heterossexual cristão e ocidental (LOURO, 2000; MISKOLCI, 2012). Por conseguinte, a violência (física e simbólica) aplicada aos indivíduos que destoam (ou resistem) à objetivação normalizadora, por vezes, acaba se tornando previsível e até usual dentro do cotidiano escolar.

O que importa considerar é que – tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre *construídas*, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento-seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade – que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 2014, p.31)

Também Gadelha (2009) observou a proximidade entre biopolítica e educação sob uma perspectiva da normalização. Após observar a constituição dos estudos sobre biopolítica e governamentalidade na obra de Foucault a partir de 1974. Gadelha (2009) considera, em primeiro lugar, a proposta foucaultiana enquanto uma alternativa significativa em relação à perspectiva economicista de poder. Com isso, novos agentes, saberes e instituições passaram a ser observados enquanto domínios e dispositivos relacionados ao controle das condutas da população e também de fabricação de sujeitos de direito (GADELHA, 2009). Ao comentar o curso Segurança, território e população a propósito do surgimento da noção de governo em detrimento da soberania, Gadelha (2009) comenta o pioneirismo dos estudos sobre biopolítica e governamentalidade na obra foucaultiana sob os seguintes termos:

A novidade desse curso, todavia, é a de proceder a uma nova leitura da biopolítica, tomando como fio condutor a noção de *governo*, isto é, tipos de racionalidade que envolvem conjuntos de procedimentos, mecanismos, táticas, saberes, técnicas e instrumentos destinados a dirigir a conduta dos homens. Seguindo esse fio, Foucault nos mostrará como e porque a governamentalidade biopolítica tem como objeto fundamental a *população*, como saber privilegiado a *economia* e como mecanismos básicos de atenção os *dispositivos de segurança* (GADELHA, 2009. p.120-121).

Ao abordar, especificamente, a relação entre educação, biopolítica e governamentalidade, Gadelha (2009) faz menção ao caráter disciplinador e normalizador sobre os indivíduos inseridos em âmbito escolar. Esse processo, de acordo com este autor, residiria sobre dois elementos principais. Em primeiro lugar, destaca-se a escola enquanto um veículo de disseminação, às massas, de políticas governamentais sobre o corpo e espécie humanos: na escola (inclusive atuais) são usuais as campanhas higienistas, os programas e estudos relacionados à ação reprodutiva dos indivíduos, o aprimoramento físico dos/as alunos/as, a reeducação alimentar, e também campanhas relacionadas às propostas de segurança pública.

Em segundo lugar, de maneira similar àquela proposta por Louro (2000) e Miskolci (2012), Gadelha (2009) também observa a função reprodutivista² da instituição escolar. Assim, os discursos, hábitos e condutas normalizadoras oriundas de outros domínios como a indústria, a Igreja e a população, em geral, seriam colocadas em prática dentro das escolas e também contribuiriam com a regulamentação e controle da população. Para Gadelha (2009), entretanto, seria imprescindível observar o impacto do neoliberalismo sobre a educação contemporânea. Novamente, é a obra de Michel Foucault, e mais especificamente as considerações deste estudioso a propósito do neoliberalismo, a principal referência do estudioso brasileiro. Antes de discutirmos os pormenores que tangenciam a educação sob a ótica neoliberal, convém, entretanto, observar algumas considerações do filósofo francês acerca do(s) neoliberalismo(s) e suas respectivas atribuições.

3. MICHEL FOUCAULT E OS ESTUDOS SOBRE NEOLIBERALISMO

Nas aulas proferidas por ocasião do curso Nascimento da Biopolítica entre 1978 e 1979, Foucault tomou como tema de suas conferências a relação entre Estado e o governo dos vivos. Nesse ínterim, destacou-se, em particular, a temática da direção das condutas da população por meio da governamentalidade e da biopolítica a partir de um ângulo propositalmente privilegiado: o liberalismo, primeiro, e em seguida as vertentes assumidas pelo neoliberalismo (Cf. GADELHA, 2009). Se, por um lado, sobre o primeiro

² Sobre as perspectivas crítico-reprodutivistas e a teoria da violência simbólica proposta por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron a propósito do capitalismo, vide: SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

tema Foucault discorre no sentido de elucidar as discussões a propósito da relação entre liberdade individual, Estado e mercado (interpretados sob a ótica da política), por outro lado, é a passagem ao neoliberalismo o ponto alto da narrativa foucaultiana nestes ensaios.

Ao discutir as políticas neoliberais concernentes aos Estados nacionais já no século XX sob a já aludida ótica governamental, Foucault (2008) toma como objeto de estudo três modelos distintos de neoliberalismo: aquele aplicado na Alemanha (também chamado de ordoliberalismo), o sistema aplicado na França e, por fim, a política neoliberal estadunidense (GADELHA, 2009). Desses, Gadelha privilegia o último em suas observações, por entender que este modelo é o que apresenta os elementos mais profícuos para uma discussão a propósito da educação.

Na aula proferida em 14 de Março de 1979³, Foucault (2008) se dirige ao modelo estadunidense de neoliberalismo, e constata que a origem de seu desenvolvimento (de maneira similar aos modelos europeus) teve um contexto político e econômico bastante específico, e esteve associado à reação econômica e política três fatores fundamentais. O primeiro, de acordo com Foucault (2008) seria a proposta de oposição à política intervencionista capitaneada pelo *New Deal*, desenvolvido entre os anos de 1933 e 1934. O segundo e o terceiro elementos associados ao surgimento do neoliberalismo seriam, ainda, os “projetos de intervencionismo econômico e de intervencionismo social que foram elaborados durante a guerra” bem como a crescente administração federal, novamente através de programas econômicos e sociais, respectivamente (FOUCAULT, 2008. p.297-298).

A situação paradoxal (mas também *sui generis*) do modelo norte-americano, segundo Foucault (2008), seria a possibilidade de o neoliberalismo fazer parte da pauta de projetos políticos tanto dos grupos sociais de direita quanto de esquerda, nos Estados Unidos. Isso porque, nos Estados Unidos, o projeto neoliberal seria muito mais do que uma técnica de governo, e teria como base a discussão (já presente no liberalismo clássico) sobre as liberdades individuais em face à governamentalização da sociedade:

O liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados. Digamos, se preferirem, que enquanto em um país como a França o contencioso dos

3 In: Foucault (2008. p.297)

indivíduos em relação ao Estado gira em torno do serviço e do serviço público, o contencioso nos [Estados Unidos] entre os indivíduos e o governo adquire ao contrário o aspecto do problema das liberdades (FOUCAULT, 2008. p.301).

Para Foucault (2008), as teorias neoliberais estadunidenses tiveram alguns expoentes principais responsáveis por sua elaboração e disseminação. Dentre eles, salienta o filósofo, destacam-se os estudiosos vinculados à chamada Escola de Chicago e a Teoria do Capital Humano, “uma das expressões mais pungentes” (Cf. GADELHA, 2009. p.143) do pensamento neoliberal americano. Apresentado pioneiramente nos estudos de Theodore Schultz e retomado de maneira pormenorizada na obra de Gary Becker, publicada no início da década de 1970, o conceito de capital humano estabelece uma configuração econômica à população desde os primeiros anos da infância: essas questões, por sua vez, dialogam de maneira direta com as ideias de governamentalidade e biopolítica apresentadas por Foucault (2008).

Ainda na aula de 14 de Março de 1979⁴ o filósofo argumenta que a teoria do capital humano representaria, por um lado, a “incurção da análise econômica num campo até então inexplorado”, e, por outro lado, a interpretação estritamente economicista de diversos campos que, até então, eram pensados como distantes e distintos do pensamento econômico tradicional: os neoliberais norte-americanos reintroduziram “o trabalho no campo da análise econômica” (FOUCAULT, 2008. p.303). Pensadas a partir de uma perspectiva econômica da gestão e da produtividade, as habilidades, capacidades e destrezas da população seriam, conforme a lógica neoliberal, submetidas a “políticas de subjetivação que vêm transformando sujeitos de direito em indivíduos-microempresas – empreendedores” (GADELHA, 2009. p.144).

A ideia do empresário de si mesmo, aludindo à possibilidade da aplicação de teorias derivadas do campo econômico na produção dos sujeitos do neoliberalismo ocorreria da seguinte maneira:

No neoliberalismo – e ele não esconde, ele proclama isso –, também vai-se encontrar uma teoria do *homo oeconomicus*, mas o *homo oeconomicus*, aqui, não é em absoluto um parceiro de troca. O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo (FOUCAULT, 2008. p.311. Grifos do autor).

4 In: Foucault (2008, p.302)

Ao comentar as teorias de Becker e Schultz acerca do Capital Humano, Foucault (2008) comenta que, por este tratar-se de um potencial individual que, porventura, pode ser herdado pelos indivíduos de modo hereditário (já que outras características podem ser adquiridas pelas pessoas), a genética, em particular, tornar-se-ia uma ciência de suma importância ao neoliberalismo, uma vez que serviria ao aprimoramento das aptidões pessoais da população. Novamente, um exemplo particular de mapeamento e gestão da espécie humana a partir de uma perspectiva da biopolítica. A educação, conforme já demonstrado por alguns/as estudiosos/as, tem servido de maneira bastante profícua para a disseminação desses valores e propostas.

4. EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO COM (OU SEM) MICHEL FOUCAULT: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

No que concerne à educação, em geral, e a educação sob a gestão neoliberal, em particular, podemos observar distintas tendências interpretativas entre os/as estudiosos/as. A proposta foucaultiana acerca da governamentalidade neoliberal, como poderemos observar, tem sido apontada como uma das possíveis chaves de leitura sobre as instituições escolares contemporâneas.

Gentili (1996) apresenta duas características da (complexa) relação entre educação e neoliberalismo. Em primeiro lugar, o estudioso comenta que as escolas públicas das sociedades neoliberais, em geral, seriam instituições cuja legitimidade seria frequentemente colocada em xeque. Essa postura de contestação e descrédito em relação às escolas, com efeito, seria motivada pela crítica neoliberal à eficácia e à qualidade da gestão das escolas públicas.

De acordo com o modelo social proposto pelo neoliberalismo, a não inserção da escola pública a uma lógica de mercado (possivelmente norteadas pela concorrência e aprimoramento dos serviços prestados) ocasionaria a paulatina precarização da instituição escolar e, conseqüentemente, do ensino, já que gestores, docentes e discentes não teriam motivo algum para o aprimoramento pessoal. Da mesma forma, a presença de um sistema de gestão baseado no funcionalismo estatal, e marcado pela ausência de uma gestão empresarial também teriam sido os pontos enfatizados pelo neoliberalismo quanto à (suposta) má qualidade do ensino na esfera pública (GENTILI, 1996)

Em segundo lugar, Gentili (1996. p.22) faz alusão à lógica concorrencial comum ao mercado capitalista: assim, não apenas as instituições, mas os indivíduos envolvidos na lógica empresarial da concorrência, com efeito, tornar-se-iam cada vez melhor preparados para “um mercado de

trabalho altamente seletivo e cada vez mais restrito”. Embora não faça alusão explícita ao conceito de Capital Humano, Gentili (1996), também observa na escola neoliberal a proposta de formação de indivíduos aptos a atuarem de maneira destacada no mercado de trabalho.

Gentili (1996) pondera que as considerações neoliberais a respeito da ineficácia da escola pública têm como tema principal apenas o seu aspecto gerencial, sem fazer alusão à questão da acessibilidade universal e gratuita a toda a população. Nesse sentido, de maneira similar àquela apresentada por Foucault (2008), teríamos uma avaliação estritamente econômica sobre um fenômeno que, antes do neoliberalismo, não havia sido pensado sob esse prisma. Para Gentili (1996. p.20):

A grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera da *política* para a esfera do *mercado*, questionando assim seu caráter de *direito* e reduzindo-a a sua condição de *propriedade*. (...) O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado, o *entrepreneur*, o consumidor (GENTILI, 1996. p.21. Grifos do autor).

Parafraseando Foucault (2008) quanto à transmigração da lógica economicista e empresarial para outros âmbitos da vida social, também Gadelha (2009) reconhece que todo o aparato discursivo sobre mercado, teorias econômicas, administração e éthos empresarial teriam desembarcado, também, nos domínios da Educação, tanto nos domínios públicos quanto nos privados. Para este estudioso, a implementação de um currículo escolar pensado sob uma ótica empreendedora, por um lado, mas também a competição desenfreada e o respaldo a essa postura advindo dos instrumentos e apontamentos dos índices de produtividade das instituições escolares, por outro lado, seria o retrato fidedigno da adesão ao modelo neoliberal de educação. A formação escolar da população, como um todo, é apresentada pelo autor a partir do ponto de vista do aprimoramento do Capital Humano:

Pois, sob a sua ótica, as competências, as habilidades, e as aptidões de um indivíduo qualquer constituem, elas mesmas, pelo menos virtualmente e relativamente independente da classe social a que ele pertence, seu capital; mais do que isso, é esse mesmo indivíduo que se vê induzido, sob essa lógica, a tomar a si mesmo como um capital, a entreter consigo (e com os outros) uma relação na qual ele se reconhece (e aos outros) como uma microempresa [...] (GADELHA, 2009. p.149).

Mesmo no cotidiano escolar, em sala de aula, partindo da ideia

de empreendedorismo, inovação e iniciativa individual, segundo Gadelha (2009, p.158), tem-se vislumbrado o abandono paulatino das relações de coletividade e a criação de novos modos de vida aos sujeitos sociais: estes, com efeito, seriam incorporadas a uma lógica neoliberal de competitividade, expectativas, frustrações, conflitos e, conseqüentemente, “à passividade política e mesmo ao adoecimento psíquico”. Observa-se, portanto, o potencial normalizador da instituição escolar operando conforme os desígnios do neoliberalismo e produzindo sujeitos igualmente marcados por esse signo.

Por fim, a governamentalidade neoliberal capitalista, de acordo com Gadelha (2009), teria na educação a oportunidade de formação educacional e profissional das massas, cujos indivíduos são pensados e ensinados sob a égide do aumento da produtividade. Enquanto um aparato de condução de condutas e produção de subjetividades, a escola também atuaria, segundo Gadelha (2009, p. 151), no sentido de “programar estrategicamente as atividades e comportamentos dos indivíduos”, tendo em vista:

[...] programá-los e controlá-los em suas formas de agir, sentir, pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação: novas tecnologias gerenciais no campo da administração (*management*), práticas e saberes psicológicos voltados à dinâmica e à gestão de grupos e das organizações, propaganda, publicidade, *marketing*, *branding*, “literatura” de autoajuda, etc. (GADELHA, 2009, p.151 – grifos do autor).

Diante das considerações expostas nesta breve reflexão acerca da educação sob o neoliberalismo, o leitor pode questionar se a obra de Michel Foucault é pessimista, ou que apenas elenca um beco sem saída de autoritarismo e sujeição às sociedades submetidas aos programas de governamentalidade e biopolítica. A resposta a essa perspectiva, por sua vez, pode ser encontrada noutros ensaios desse mesmo estudioso, aos quais faremos menção em nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De certa forma, esta breve exposição termina da mesma maneira que foi iniciada: com uma breve reflexão sobre o lugar de Michel Foucault nas discussões sobre o poder e a produção de subjetividades. Considerado, por vezes, apenas como o estudioso das formas de vigilância, poder e repressão (cuja materialização mais conhecida é crítica ao panóptico de Bentley, mas

também a análise sobre a prisão e as clínicas manicomiais), Foucault voltou-se a domínios pouco usuais da História (da Filosofia e da política) com o intuito de compreender, também, as formas de constituição dos sujeitos. O próprio retorno às sociedades antigas, conforme já mencionamos, também integra os seus estudos a partir da compreensão das artes da existência, dos cuidados de si e das práticas de subjetivação.

E é precisamente na produção de subjetividades que Michel Foucault nos oferece a possibilidade de entrevermos as linhas de fuga ao autoritarismo quotidiano, bem como as práticas de resistência às imposições normativas das instituições sociais. Embora possa parecer paradoxal e contraditório, tem-se reconhecido que a escola (espaço usualmente reconhecido como o lugar da disciplina, da vigilância, das normas sociais e da lógica governamental na modernidade), também pode ser um espaço destinado à elaboração de outras subjetividades. Configura-se, portanto, outro lugar dentro deste mesmo espaço.

Essa leitura é possível, de acordo com Gallo (2015) sobretudo a partir do conceito foucaultiano de Heterotopias. Foucault teria apresentado as heterotopias ainda no início da década de 1960 e, posteriormente, retomado suas principais considerações a respeito desse conceito apenas na obra *As Palavras e as Coisas*, publicada originalmente apenas em 1966 (GALLO, 2015). Pensadas, a priori, “como um efeito de linguagem” (Cf. GALLO, 2015. p.438), às heterotopias também têm sido atribuídas funções espaciais e cronológicas. Distinguindo-se das utopias, por vezes concebidas como possibilidades irreais, as heterotopias, ao contrário, aludem a possibilidades reais, “elas implicam um espaço que está aí, mas que é um espaço outro” (GALLO, 2015. p.440).

As heterotopias são lugares reais e que coexistem com os espaços institucionalizados, contrapondo-os. Podemos denomina-las como lugares de passagem que te levam para outros lugares, como as propostas de uma “educação menor” (grifos do autor). Para Gallo (2015, p.65):

Uma educação menor é um ato de revolta e de resistência. Revolta contra os fluxos instituídos, resistências às políticas impostas; sala de aula como trincheira, como a toca do rato, o buraco do cão. Sala de aula como espaço a partir do qual traçamos nossas estratégias, estabelecemos nossa militância, produzindo um presente e um futuro a quem ou para além de qualquer política educacional. Uma educação menor é um ato de singularização e de militância.

Portanto, para o autor, se a educação maior é produzida na macropolítica, nos denominados gabinetes e encontra-se expressas em documentos,

a educação menor está justamente no âmbito micropolítico, na sala de aula, expressas e articuladas nas ações cotidianas.

Assim, a possibilidade de evidenciar outros espaços dentro dos domínios escolares passaria necessariamente por outras concepções a respeito da própria escola: ao contrário do (ainda usual) paradigma de assujeitamento intrínseco às escolas modernas, tem-se enfatizado o ambiente escolar enquanto dotado, também, em seu interior, de “espaços de criação e de formação, um lugar de experimentação em que seja possível conhecer-se a si mesmo e a aprender a inquietar-se consigo” (GALLO, 2015. p.447). Em outras palavras, parafraseando Gallo (2015), trata-se de fazer outra escola dentro da escola mesma, propiciando possibilidades reais de aprendizado para a vida de cada um de seus integrantes a partir da elaboração de subjetividades não assujeitadas.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. A vontade de saber. Volume 01. São Paulo: Editora Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. História da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

FOUCAULT, M. O sujeito e poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert (Organizadores). **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: **Ética, sexualidade, política**. Coleção Ditos & Escritos, Volume V. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006. p.144-162.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Coleção Tópicos. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Graal, 2012.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

GALLIMARD, F. La culture de la individualité. Relire Michel Foucault et Marguerite Yourcenar. In: ARTIÈRES, P. (Dir). **Michel Foucault, la littérature et les arts**. Actes du Colloque de Cerisy-Juin. Paris: Éditions Kime, 2001.

GALLO, S. **Deleuze & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GALLO, S. **Pensar a escola com Foucault**: além da sombra da vigilância. In: CARVALHO,

A; GALLO, S. (Orgs). **Repensar a educação**. 40 anos após Vigiar e Punir. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015. p.427-449.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Orgs). *Escola S.A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do Neoliberalismo*. Brasília: Editora CNTE, 1996. p.09-48.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LOURO, G. L. (Organizadora). **O corpo educado**. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**. Um aprendizado pelas diferenças. Coleção Cadernos da Diversidade. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2012.

RAGO, M. Foucault, subjetividade e as heterotopias feministas. In: SCAVONE, L. (*et alii*). **O legado de Foucault**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006. p.101-118.

RAGO, M. Escritas de si, Parrhésia e Feminismo. Texto apresentado no **VI Colóquio Internacional Michel Foucault** realizado entre 19 e 22/10/2009. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2009.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

VEYNE, P. **Cómo se escribe la Historia**. Foucault revoluciona la Historia. Madrid: Alianza Editorial, 1984.